



36ª SESSÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL DA SEGUNDA CÂMARA
REALIZADA EM 31/10/2024

PROCESSO TCE-PE Nº 24101094-9

RELATOR: CONSELHEIRO DIRCEU RODOLFO DE MELO JÚNIOR

MODALIDADE - TIPO: Medida Cautelar - Medida Cautelar

EXERCÍCIO: 2024

UNIDADE(S) JURISDICIONADA(S): Prefeitura Municipal de Camaragibe

INTERESSADOS:

GABRIEL MATEUS MOURA DE ANDRADE

NADEGI ALVES DE QUEIROZ

RAFAEL GOMES PIMENTEL (OAB 30989-PE)

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA

PRESIDENTE DA SESSÃO: CONSELHEIRO RANILSON RAMOS

ACÓRDÃO Nº 1874 / 2024

MEDIDA CAUTELAR.
HOMOLOGAÇÃO.

1. Inabilitação indevida;
2. Descumprimento do Acórdão nº 1577/2024.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo TCE-PE Nº 24101094-9, ACORDAM, à unanimidade, os Conselheiros da SEGUNDA CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, nos termos do voto do Relator, que integra o presente Acórdão,

CONSIDERANDO os termos do Relatório Preliminar de Auditoria;

CONSIDERANDO as definições presentes no Edital e Estudo Técnico Preliminar referente ao procedimento licitatório;

CONSIDERANDO os termos da defesa da Prefeitura Municipal de Camaragibe, bem como os seus anexos;

CONSIDERANDO a inabilitação indevida da empresa DAUD Empreendimentos;



CONSIDERANDO que restaram demonstrados os requisitos necessários à concessão da Medida de Urgência, ou seja, o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*,

CONSIDERANDO a possibilidade de prejuízos financeiros para o município de Camaragibe, caso haja o prosseguimento do certame;

CONSIDERANDO a publicação da suspensão "sine die" do procedimento licitatório;

CONSIDERANDO, por fim, a possibilidade de retomada ou publicação de novo certame,

HOMOLOGAR a decisão monocrática que CONCEDEU a Medida Cautelar pleiteada.

DETERMINAR, com base no disposto no artigo 69 combinado com o artigo 70, inciso V, ambos da Lei Estadual nº 12.600/2004, bem como no artigo 4º da Res. TC nº 236/2024, ao atual gestor do(a) Prefeitura Municipal de Camaragibe, ou quem vier a sucedê-lo, que atenda, no prazo indicado, a medida a seguir relacionada :

1. Que, quando da retomada do procedimento licitatório, promova, em homenagem ao princípio da ampla competitividade e economicidade, a habilitação da empresa DAUD Empreendimentos - Processo Licitatório nº 069/2024, modalidade Concorrência Pública nº 003/2024.

Prazo para cumprimento: Efeito imediato

Presentes durante o julgamento do processo:

CONSELHEIRO RANILSON RAMOS , Presidente da Sessão : Acompanha

CONSELHEIRO DIRCEU RODOLFO DE MELO JÚNIOR , relator do processo

CONSELHEIRO MARCOS LORETO : Acompanha

Procurador do Ministério Público de Contas: GILMAR SEVERINO DE LIMA